

# O fora imanente e o dinheiro: por um aceleracionismo biopolítico a partir do sul

Resenha de:

*New Neoliberalism and the Other: Biopower, Anthropophagy and Living Money.* Giuseppe Cocco & Bruno Cava, Lanham, Boulder, New York, London: Lexington Books, 2018.

Felipe Fortes

*Doutorando em Filosofia pela PUCRS. Pesquisa temas correlacionados entre o operaísmo italiano e seus desdobramentos e a filosofia francesa contemporânea. Contato: [lesubversifguy@gmail.com](mailto:lesubversifguy@gmail.com)*

Emerson Pirola

*Doutorando em Filosofia pela PUCRS. Pesquisa dinheiro, dívida, Estado e capitalismo em Deleuze & Guattari. Contato: [emerson.pirola@acad.pucrs.br](mailto:emerson.pirola@acad.pucrs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2899-9103>.*



Lançado em 2018, já no estopim da crise do chamado “ciclo do progressismo” das esquerdas na América Latina, ano sintomático que marcou a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, *New Neoliberalism and the Other: Biopower, Anthropophagy and Living Money*, escrito por Giuseppe Cocco & Bruno Cava, autores em conjunto também de *Enigma do Disforme* (2018) e *A Vida da Moeda* (2020), é um livro transdisciplinar, envolvendo áreas como a filosofia, economia política, antropologia e sociologia, sem com isso perder o fôlego e a consistência ao tocar em uma multiplicidade de temas, como neoliberalismo, debates sobre globalização e multipolaridade, natureza das finanças, valor e moeda, neodesenvolvimentismo, aceleracionismo e antropofagia. Se parte da esquerda brasileira acadêmica se encontrava paralisada ao estar demasiado vinculada prática ou afetivamente à institucionalidade da máquina do (necro)governismo de esquerda em decadência, o livro ousava uma saída da catatonia ao relançar os dados do pensamento no terreno mesmo da crise, tomando como metodologia um perspectivismo situado no Brasil e no Sul, com base nas linhas de resistência de subjetivação biopolítica, sem com isso reduzir o escopo da análise à qualquer provincianismo, em um trato transversal de problemas globais. Nossa resenha é escrita após quatro anos de um catastrófico governo Bolsonaro, e logo após sua derrota eleitoral contra a “frente ampla pela democracia” organizada em torno do presidente eleito Lula, que teve o mérito político de reunir figuras díspares ao petismo, à direita e à esquerda, de setores (neo)desenvolvimentistas e ambientalistas, liberais e keynesianos. Portanto, gostaríamos, além de uma apresentação do livro, apontar também como as suas ferramentas conceituais permanecem atuais para pensar a problemática do fortalecimento e expansão democrática em um Brasil pós-Bolsonaro (mas não pós-bolsonarismo).

O livro se insere na intercessão criativa e original de uma genealogia teórica quádrupla, que se mistura e se co-determina: ele é informado, primeiramente (se trata apenas de um ordem de exposição), pela teoria foucaultiana do biopoder e do neoliberalismo, e do neoliberalismo como, precisamente, governamentalidade biopolítica. Uma segunda linha, de influência central na ontologia do livro, se dá pela inspiração metodológica e teórica no operaísmo italiano e na proposição da “hipótese

operaísta”, que afirma que as lutas desde baixo são sempre primeiras em relação à captura do capital, que é segunda e reativa à primeira. As lutas são o motor do capitalismo, não mera reação à ação do capital. Em terceiro lugar, temos a marca das teorias desejanças da indistinção entre economia política e economia libidinal, com centralidade ao trabalho de Deleuze & Guattari em *O anti-Édipo*, além de Klossowski, que os influenciou, e Jean-Joseph Goux, que os seguiu. Por fim, uma última genealogia teórica que atravessa o livro e sua metodologia é a da antropofagia de origem oswaldiana, retomada pelo perspectivismo ameríndio (formulado teoricamente por Viveiros de Castro). Além de situar a obra tropicalmente, ela afirma uma relação com a alteridade marcada pela absorção e digestão do outro que faz com que o “si” se metamorfoseie no processo, destituindo qualquer identidade constituída de maneira prévia e estanque. Podemos dizer, em linhas gerais, que esta ebulição teórica se faz no registro original de um *aceleracionismo biopolítico a partir do sul*, que coloca a necessidade de acelerar o processo biopolítico ao invés de se retirar dele, mas que não deixa de criticar “a certain accelerationism which flattens the tense ambivalence of biopolitical acceleration” (p. xxiv), um aceleracionismo do capital.

Outra ideia que integra a metodologia do livro é a divisão estabelecida pelo historiador pós-colonial Dipesh Chakrabarty entre uma “história 1” (*h1*), linear, universal, única, etapista, eurocêntrica, na qual o sujeito mesmo das transformações é o capital em sua expansão até a subsunção mundial, e uma “história 2” (*h2*), na verdade uma multiplicidade de *h2s* que existiria não em oposição à *h1*, mas em paralelo, “dentro e contra e além” à *h1*, de maneira perspectivista, viva e não linear. A relação entre *h1* e *h2* não é de oposição pois não há entre elas uma simetria ou uma dialética, sendo elas antes inassimilável, sendo as múltiplas *h2* uma diversidade de pontos de vista ou perspectivas para a construção de uma outra história (p. 15-7).

Assim, a partir da conjunção dessas linhas teóricas, os autores lançam algumas teses gerais, que perpassam a problematização do livro em seus diferentes capítulos. O neoliberalismo é reconceitualizado como uma produção ambivalente de subjetividade, suportando antagonismos biopolíticos em um terreno aberto e constituído pelas lutas,

pelo desejo e pela produção *desde baixo* (não à toa, os autores referem por vezes ao trabalho de Verónica Gago), que coloca em xeque as concepções estritamente molarizantes do fenômeno (desde cima), que captam o segundo momento, o momento da *reação* do biopoder (p. 15), como se ele fosse primeiro. O neoliberalismo, assim, é entendido como fazendo parte da imanência capitalista que engloba extensiva e intensivamente o globo todo, não restando nada fora dele (na linha do argumento de *Império*, de Negri & Hardt, por vezes evocado). Ligado a isto se apresenta uma crítica à imagem dogmática do pensamento de esquerda, que busca estabelecer um Fora absoluto ao capitalismo neoliberal, um Outro transcendente, seja na forma do Estado desenvolvimentista, nos correlatos governos das marés rosa ou vermelha da América Latina, na China “comunista”, ou nos sujeitos “pós-coloniais” das periferias. Essa busca de um Fora aparece, inclusive, em versões à esquerda das teses do fim da história (Fukuyama) ou do “*clash* de civilizações” (Huntington), em que circunda o espectro de uma “nova guerra fria”. Contra esse discurso de um Fora transcendente, os autores defendem ser o caso de afirmar o processo do Fora imanente que faz parte do movimento mesmo do capitalismo, propondo uma leitura aceleracionista da relação entre dinheiro, desejo, corpo e Capital, interpretada em uma chave biopolítica que foca nas resistências, linhas de fuga e antagonismos presentes no próprio seio do dinheiro tomado enquanto *moeda viva*.

O livro é distribuído, além de introdução e conclusão, em 6 capítulos, que podem ser separados em três pares. Os dois primeiros capítulos têm a biopolítica e o neoliberalismo, perpassados pela colonização situada no Brasil, como eixo de referência. Assim, discute-se a relação entre colonialismo e biopoder, as teses e momentos desenvolvimentistas e dependentistas da América Latina, a constituição do neoliberalismo brasileiro e a sua continuação em meio ao neodesenvolvimentismo dos governos PT. Além disso, são criticadas as concepções que buscam na América Latina um Fora mistificado do capital mundial. No terceiro e quarto capítulos, com centralidade à problemática da China, são debatidos o (super) crescimento e desenvolvimento chineses, mas são criticadas as vertentes de pensamento que colocam suas esperanças políticas na



China, seja na figura de um novo Fora em relação ao “imperialismo” seja na figura de uma reconstituição das linhas de força globais que colocaria o gigante oriental como o novo *nomos* do mundo, após o *nomos* norte-americano. O quinto e o sexto capítulos tem no dinheiro o seu objeto problemático central, e debatem como o capitalismo se constitui em uma imbricação entre desejo e moeda efetivada por uma relação diferencial entre um fluxo mutante de financiamento (capital) e um fluxo de dinheiro enquanto meio de troca concretizado na forma do trabalho assalariado. Opondo dinheiro e capital, os autores afirmam que é o caso de acelerar a imbricação entre desejo e dinheiro justamente contra a modulação capitalista que a limita. Por fim, na conclusão, o livro retoma a problemática antropofágica para delinear a topologia das lutas contemporâneas, levando em conta não apenas as transformações no biopoder pós-fordista, mas também no *corpo dos pobres* do qual ele depende.

No primeiro capítulo, “Biopolitics and Development”, os autores partem da discussão sobre o conceito do neoliberalismo a partir do curso *O Nascimento da Biopolítica*, de Foucault. Demonstram que, ao se debruçar sobre o pensamento de figuras como Milton Friedman, Gary Becker e os ordoliberalis, Foucault extrai uma definição robusta de neoliberalismo, entendido como um novo modo de governamentalidade baseado em princípios imanentes de produção de subjetividade que tendem a borrar os contornos entre sociedade, economia, Estado e mercado, diferentemente da quadratura do liberalismo clássico. Menos do que uma ideologia de mercado, o neoliberalismo é um dispositivo de governamentalidade que se dilui no corpo social. Mas, aqui, imanentização dos dispositivos de biopoder não significa qualquer totalitarismo: o ponto central que Cocco & Cava vão extrair da análise de Foucault é que o neoliberalismo é uma produção ambivalente e ambígua de subjetividade, possibilitando, *por dentro e contra* esse regime de biopoder, novas relações antagonistas. Esta ambivalência antagônica constitutiva do regime é algo que os próprios neoliberais sabem bem e interpretam devidamente como crise interna que anda sempre junto ao sistema, e que faz com que uma intensificação mal calculada das técnicas e dos mecanismos de controle bioeconômico possa tensionar as franjas de resistência, colocando a governamentalidade em risco. Por isso, o

neoliberalismo se constitui sempre nesse ponto de desequilíbrio, como um pensamento e uma prática da crise: de limiares, gradientes e tensores, de limites sempre postergados. Seu objeto, então, é a própria dimensão dinâmica, microfísica, micropolítica ou molecular da subjetividade. Ao trabalhar a partir dessa abordagem do neoliberalismo os autores rompem com o tom meramente acusatório de grande parte das críticas ideológicas de esquerda ao fenômeno que, sem um conceito preciso, não conseguem captar nuances que possibilitariam pensar a contrapelo do biopoder - só resta, então, ou o caminho da acusação ou o caminho do catastrofismo, ambos sem qualquer embasamento nas subjetividades e nas lutas hoje em ação.

Sendo assim, descartando qualquer transcendência, o livro nos coloca a questão: como pensar um fora ao neoliberalismo? A aposta dos autores é a aceleração das tendências imanentes de antagonismo, linhas de fuga de produção biopolítica, que o livro vai buscar apresentar em dois pontos: a partir de uma teoria antropofágica da subjetividade do “corpo dos pobres”, e a partir do antagonismo pensado pela via da moeda. Nesse sentido, o conceito de aceleração se opõe às alternativas fracas de esquerda, denominadas na introdução do livro como as pseudo-alternativas da “transição dialética” e da “tradução multiculturalista”, o mérito dos autores está em demonstrar como essas teses são meros espelhamentos das teses liberais/conservadoras, adicionando apenas um ponto de fuga ou saída abstrato: “the emerging processes that mix antagonism and exit always end up being sectioned and isolated in relation to the normal functioning of the system, often reduced to the condition of an explanatory appendix or occasional dysfunction. According to those analyzes, going against neoliberalism entails an exteriority that is essentially and structurally disconnected from it. It follows that anti-neoliberalism ends up being reactive, merely resistant, transcendent, and implies the primacy of negativity” (p. X).

A partir da leitura biopolítica do neoliberalismo, os autores aprofundam temas que já tinham sido explorados em *Glob(AL): Biopoder e luta em uma América Latina Globalizada* (2005), livro que Giuseppe Cocco escreveu com Antonio Negri. Em especial, devemos destacar a tese de que, a partir da perspectiva do sul e desde a empreitada da

colonização, o poder sempre foi biopoder e a política sempre foi biopolítica. Diferentemente da interpretação operaísta da tese de Foucault, que acaba por epocalizar o biopoder na emergência do regime pós-fordista da produção social na Europa e nos Estados Unidos nos anos 1970, os autores, buscando “tropicalizar” a leitura foucaultiana da biopolítica (p. 14) através de um perspectivismo do sul, nos mostram que as técnicas de biopoder já estavam presentes na colonização: no Brasil, os jesuítas portugueses foram os primeiros “pensadores” do biopoder. Não por escolha, mas porque, devido à resistência e à capacidade antropofágica dos indígenas, ou mesmo à fuga dos negros escravizados, ambos capazes de subverter as técnicas disciplinares da catequização e trabalho forçado, exigiu-se uma transmutação da natureza do poder, que deveria funcionar, agora, menos “externamente” do que “por dentro”, em uma nova relação estratégica com o “Fora” resistente: a partir de “an economy based on the flow of bodies, blood, land, races, as well as wealth displacements and modulations” (p. 22), produzindo uma “flexible, modulated blood border, which proliferates racial and social stratifications, producing multiple strata of mestizos” (p. 23). O que pode-se perceber a partir da invenção biopolítica do *mulato* por meio de técnicas biopolíticas imanentes e verticais de miscigenação, possibilitando “the colonial effort to forge a proletariat capable of carrying out a plural set of tasks, such as working at the farm, participating on occasional military expeditions to capture and eradicate troops of indigenous people, and even performing intermediary functions at the colonial chain of command, below the landlords or white freeman and above the slaves” (p. 23), posição essa ocupada na colonização pela figura do bandeirante, por exemplo.

O biopoder, dessa forma, é colocado tanto no início do capitalismo (colonização das américas) quanto no fim (virada pós-fordista, neoliberalismo). Essa leitura opera um desmantelamento da leitura progressiva do capitalismo, que coloca a colônia como uma forma rudimentar de capital, bem como a gênese do liberalismo no capital industrial, ou do neoliberalismo no norte pós-fordista. Do ponto de vista das relações de poder e antagonismo, a colônia já operava com o que há de “mais avançado” nas técnicas de controle pós-disciplinares, biopolíticas, ou seja, formas de controle que davam centralidade ao regime dos corpos, à subjetividade, e à uma segmentação diferencial do

corpo social através de linhas de raça, migração, precarização, (in)formalização e periferização imanentes ao processo de proletarização brasileiro.

Essa tese faz os autores avançarem em uma crítica também ao pensamento hegemônico nacional-desenvolvimentista latino, em especial aos teóricos da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ECLAC). A maioria desses teóricos têm formação marxista tradicional (ou ao menos assim o diríamos hoje) e, ao pensarem o Brasil não deixam de cair em alguma forma nacional mista de “transição dialética” e “tradução multiculturalista”, interpretando o *enigma do disforme brasileiro* - isto é, as nossas miscigenação, precarização, flexibilização e informalização do trabalho - por um viés exclusivamente negativo. Na escola da CEPAL e, em sua esteira, da teoria da dependência e de certo marxismo situado, há um caminho original de pensamento latino-americano que conseguiu sair relativamente do jugo do teleologismo desenvolvimentista moderno, ao olhar para as relações de dependência sincrônica que os países de periferia teriam com o capitalismo global. Entretanto, essas empreitadas continuaram a pensar nos termos de uma transcendência ao colocar, explícita ou implicitamente, os países do centro desenvolvido como um norte e uma imagem do que deveria ser alcançado através de políticas desenvolvimentistas de tipo keynesiano, tendo o *welfare* fordista como uma normativa. Pela mesma razão, autores ligados a essas escolas nunca abandonaram um pensamento dualista que pensa a periferia como constituindo-se pela convivência simultânea de aspectos arcaicos e modernos, sem conseguir ver que os ditos aspectos “arcaicos” fazem parte, precisamente, da temporalidade efetiva e própria do capitalismo periférico, sendo, antes, aspectos plenamente contemporâneos próprios do biopoder na periferia, que se constitui no imbricamento de colonização e neoliberalismo. Assim, os autores rejeitam essas perspectivas dualistas e afirmam que no capitalismo contemporâneo há imbricação entre centro e periferia, e “suls” no Norte e “nortes” no Sul, como é exemplar em grandes metrópoles de gigantesca riqueza atravessadas por periferias de extrema pobreza, como São Paulo e Nova Iorque, e isto se dá em uma temporalidade atual e de pleno direito, sem precisar ser submetida à uma lógica cronológica do “atraso” ou das “ideias fora do lugar” (Schwarz).

Os teóricos do nacional-desenvolvimentismo reduzem a dimensão das subjetividades a um fator externo à análise ou como um elemento de bloqueio ao desenvolvimento, levando à conclusão de que faltaria ao Brasil uma subjetividade adequada ao desenvolvimento econômico (o problema da “formação nacional” e da constituição do “povo brasileiro”), em um velho sonho de produzir em terreno nacional o “operário massa” do fordismo europeu e americano que, de fato, nunca existiu como composição técnica do trabalho em larga escala no Brasil. Sendo assim, o nacional-desenvolvimentismo tende a priorizar uma perspectiva estatal e uma concepção de desenvolvimento que entra em choque direto com as subjetividades realmente existentes. Isso é resultado também da sua subserviência ao pensamento econômico europeu, que tende a pensar a história em etapas de desenvolvimento pelo ponto de vista do capitalismo central. Cocco & Cava buscam assim dismantlar uma série de dicotomias que impregnam, principalmente no Brasil, o pensamento nacional-desenvolvimentista, dicotomias que mobilizam uma série de políticas em torno de um paradigma que se mostra defasado no neoliberalismo, como as do incluído e excluído, interior e exterior, capitalista e não capitalista, ocidental e subalterno. Na realidade, o neoliberalismo funciona pois consegue passar por meio dessas subdivisões, borrando-as, o que, ao mesmo tempo, abre espaço para potências de subversão do biopoder.

No segundo capítulo, “The Birth of Real Neoliberalism”, a experiência do “neoliberalismo real” é analisada mais profundamente em seu laboratório biopolítico pós-fordista *avant la lettre*: a América Latina, em especial o Brasil, dado que, no sul, nunca tivemos uma sociedade organizada totalmente pelo modelo fordista, com consumo de massa e um *welfare* contemplando toda população. Analisa-se uma temporalidade que vai dos anos 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (ele mesmo um teórico formado e formador da escola da dependência), até chegarmos a uma análise do fenômeno do Lulismo (passando também por uma análise da chamada “onda rosa” em outros países latino-americanos). Aqui, novamente, o mérito da análise de Cocco & Cava está em demonstrar as ambivalências no projeto dos dois governos, pensando pelo prisma da expansão democrática no neoliberalismo, o que se escancara ainda mais, e

positivamente, nos governos Lula, até refluir a partir de Dilma (e completamente desandar com Bolsonaro, acrescentamos). No Governo FHC, através do plano real, fundamentou-se as bases de uma política monetária neoliberal “de cima”, carregando com isso a moeda com a possibilidade do antagonismo social: ”real neoliberalism [...] made currency the basis of any viable democratic project in the future [...] it led this same currency to the heart of political disputes, to the possibility of turning the tables - that is, making democracy the basis of currency” (p. 56). Essa alternativa, com FHC, permaneceu inviável, pois, ao não modificar as bases coloniais e as alianças oligárquicas que configuram o terreno brasileiro e, ainda mais gravemente, desprezar o elemento de subjetividade, bloqueou-se assim as possibilidades de uma democracia da moeda:” the neoliberalism of the 1990s was an ambiguous attempt to integrate the post-Fordist global reality ‘from above’, by way of an inter-classist alliance and a diffuse support linked to economic reorganization. But it lacked any virtuous relation with the movements and the class composition that would be necessary for creating new and open institutions” (p. 54).

Podemos afirmar que ao mesmo tempo em que do governo FHC ao governo Lula temos uma relação de continuidade, o governo Lula aponta uma ruptura ou inovação qualitativa, na tensão entre o que os autores vão denominar de Lulismo Maior, de um lado, e de Lulismo selvagem, de outro: “Lula’s policies helped adjust the equation between capital and labor, allowing the penetration of financial capitalism under post-Fordist conditions, which *already exists* in Brazil. With Lula, neoliberalism appeared as what it really is: not a regime of exclusion, but of inclusion by modulation of all kinds of precarious life conditions” (p. 69, grifo nosso). É nesse ponto que a experiência do lulismo é uma virada de chave, ao articular um neoliberalismo “desde baixo”, pelo menos no primeiro governo Lula e em parte do segundo. Sendo mais precisos, os autores vão frisar que o “Pacto Lulista” foi uma combinação de neoliberalismo desde baixo (no plano “molecular”, envolvendo aí uma produção de subjetividade imanente) em coalizão com uma matriz de neo-desenvolvimentismo desde cima (como aspecto molar, pelo crivo do aparelho de estado) (p. 74). O fenômeno do lulismo mostra que desenvolvimentismo e neoliberalismo formaram um agenciamento (em oposição às perspectivas de esquerda

que via na onda rosa um fenômeno “pós-neoliberal”). No primeiro governo Lula esse agenciamento funcionou tendo como local privilegiado o que os operaístas denominam de “fábrica social”: o investimento em transferência de renda direta (como no Bolsa Família, que chegou a ser o maior programa de transferência de renda do mundo, apesar de suas condicionalidades), o largo oferecimento de crédito aos mais pobres, somado a uma política de qualificação dos pequenos negócios e da ampliação ao acesso dos mais pobres aos setores de serviços metropolitanos, a institucionalização e formalização ampla da figura do Microempreendedor Individual (MEI), produziram uma “wave of entrepreneurship from below” (p. 69), acelerando, assim, o ciclo de produtividade social e intensificando um circuito de feedback positivo de renda, consumo e crédito.

Já nesse período, parte da esquerda brasileira criticou as escolhas do governo Lula (nesse período, se formou o PSOL e a Rede, formados por dissidentes do PT). A base das críticas à esquerda se dirigia aos elementos de financeirização da vida e ao aumento do endividamento privado ou das famílias (inclusive por programas de financiamento público de moradia e educação superior), que, de fato, constituíram um dos polos da política do pacto lulista, além de uma nostalgia exacerbada por um “capitalismo bom” de modelo industrial que teria sido substituído por uma difusão de pequenos negócios do terceiro setor (p. 69). No entanto, essas críticas acabam por negligenciar o elemento de subjetividade e as potências subversivas pós-fordistas de composição de classe e do trabalho metropolitano que o Lulismo selvagem alavancou. Ou, melhor dizendo, o Lulismo selvagem é a expansão de uma nova subjetividade que nasce aquém e além do Lulismo Maior. Assim, o que a esquerda criticava de maneira unilateral, os autores afirmam ser um terreno de antagonismo e potência próprio da configuração pós-fordista, na qual a relação de débito e crédito substitui a relação salarial (p. 8) - “The deterritorialized currency ensured by neoliberal monetary police was able to coalesce with the augmented social productivity of a newborn ‘new productive class’, which already emerged within the flexible, mobile and post-modern coordinates. The potency of the poor intermingled with the potency of the deterritorialized money, bringing together desire and banks, labour and currency, economic dynamism and subjective debt-driven

economy”(p. xviii). Se é verdade que o neoliberalismo se expandiu no Brasil, não é menos verdade que se alavancou uma produção de subjetividade e, com isso, novas linhas de resistências biopolíticas, “a production of subjectivity ‘within and against’ the neoliberal matrix that biopower has undertaken in the South in recent decades” (p. 69), que, como os autores alertam, nada tem haver com “a quimeric proletariat, as envisioned by a nostalgic Left- which, by the way, had never experienced those conditions in Latin America” (p. 71). O filho bastardo e selvagem do lulismo é uma multidão de pobres que invadiu os centros das metrópoles brasileiras, buscando a expansão da democracia pela via da transferência de renda, acesso social ao bem-comum, ampliação do conceito de trabalho para além do emprego e, com isso, em uma urgência pela produção de novos direitos e pela criação de novas instituições, próprias ao contexto pós-fordista e periférico, mesmo se essa urgência muitas vezes se manifeste de maneira incipiente e pelas vias negativas da crítica das instituições fordistas. Sua emergência, como bem demonstrado por Cocco & Cava, vai ocasionar o derretimento do agenciamento entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, que vai explodir em 2013 com as multidões tomando as ruas.

As causas para o descompasso entre Lulismo selvagem e Lulismo Maior começam a efervescer com a guinada, no segundo governo Lula, na direção de um privilégio pelo aspecto molar neodesenvolvimentista. Por mais que, como os autores salientam, a tendência a uma linha tipicamente keynesiana e industrialista de modo de governar tenha feito o Brasil passar pela crise de 2008 sem muitos arranhões (p. 75), começa-se aí o rompimento entre a aliança maquinica entre a composição do corpo dos pobres e as políticas de Estado (sempre uma relação ambígua, vide, por exemplo, a violência policial nas periferias) que, com a eleição de Dilma Rousseff na sucessão de Lula, faz com que a perspectiva molecular “desde baixo” fosse relegada em nome do neodesenvolvimentismo tecnocrático do Brasil Maior. A leitura da “Nova Matriz Econômica” mobilizada no Governo Dilma é interpretada pelos autores como a derrocada final do “desastre do progressismo”. Aqui, contrariando a leitura hegemônica “oficial” do governismo, a derrocada do progressismo é buscada pelas causas internas à própria governamentalidade do governo Dilma (mas que já estavam presentes, na forma de ambivalências e tensões,

com Lula). Ao sobrevalorizar o aspecto molar neodesenvolvimentista, em detrimento da ampliação dos aspectos moleculares que indicavam o salto à frente de uma “post-employment subjectivity” (p. xix) - que foram o forte do primeiro governo Lula, isso é, a ampliação da matriz biopolítica na forma da distribuição ampla de renda direta e pelo aumento do salário e não (somente) na criação de empregos - o Governo Dilma apostou em uma via exclusivamente fordista em condições pós-fordistas de desejo, produtividade social e composição do trabalho: ”a new growth model based on neo-developmental prescriptions got stuck (and eventually failed) precisely because they could not mobilize values other than those linked to an exhausted market and the ruling elite, with its banks and agribusiness groups” (p. 77). Símbolo dessa aliança mortífera é que, enquanto a multidão metropolitana brasileira lutava por mais mobilidade social, direito à cidade e moradia, transporte público gratuito e de qualidade, expansão dos direitos sociais à saúde e educação, o governo Dilma anunciava a “copa das copas” e as Olimpíadas, atravessada por mega obras de estádios diretamente ligados à remoções urbanas, assim como investia pesado em um extrativismo desastroso, como na hidrelétrica de Belo Monte, também marcada pela remoção de populações ribeirinhas. A insatisfação, misturada à expectativas crescentes e desejo de ter mais e melhor, gera revolta, mas o bloqueio das lutas de junho de 2013 pelo aparelho de Estado e pelo governismo, alinhados à parte da esquerda que se mostrou “demofóbica”, é o golpe final no progressismo, e a reeleição de Dilma (2014) é interpretada por Cocco & Cava como “worse than the victory of Pirrus” (p. 77) e o governismo será derrotado em seus próprios termos, institucionalmente via *impeachment* (2016); o resto é a história que deságua em Bolsonaro (2018).

No terceiro e quarto capítulos (“The Chinese Decade” e “A Chinese New *Nomos* of the World?”), Cocco & Cava avançam em uma análise sobre a China, pois “it allows the advancement of our inquiry on the Outside as a shortcut for transcendence within the framework of relations and interferences between Latin America and China during the present neo-developmental cycle and crisis” (p. 109). A crítica dos autores visa a perspectiva que vê na China um “Fora” ao “Império” (tese de Negri e Hardt a qual os autores subscrevem) propondo um modelo alternativo à soberania imperial ou ao

imperialismo norte-americano, visto que essas perspectivas muitas vezes rejeitam a tese do Império e ainda pensam, mesmo se não explicitamente, em termos de imperialismo e contra-imperialismo. A insistência nessa tese tem um efeito regressivo pré-Império e, ao mesmo tempo, neo-imperialista: o modelo de desenvolvimento da China passa a ser visto como revitalizando um “imperialismo bom” que seja capaz de rivalizar com o “imperialismo maligno americano”, ressuscitando, com isso, ambas as teses do imperialismo e da soberania nacional, em uma chave de leitura que busca preencher a lacuna nostálgica que a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS deixou no coração de uma esquerda saudosista da Guerra Fria e de um mundo bipolar.

Tomando de empréstimo o conceito schmittiano de *nomos* e a teoria das linhas de Deleuze e Guattari, os autores pensam a globalização (o “novo *nomos* da Terra”) a partir de dois tipos de linhas de composição: as linhas de modulação imperial (governança supranacional) e as linhas de fuga da multidão (expansão democrática e alter-globalização) (p. 86). A segunda linha desafia a primeira em relação ao seu próprio projeto de governança da globalização do *nomos*: “rather than opposing globalization with the entrenchment of national sovereignties according to a statist or nationalist conception, incongruous with the new connective tissue of the world productive fabric, they fought within this very tissue striving to create a new globalized world from the entrails of the existing one” (p. 86). As lutas da multidão, portanto, não são contra a globalização, mas, pela e na globalização, por alternativas imanentes. A análise de Cocco & Cava nos força a pensar a composição da subjetividade a partir das linhas de fuga e devolve essa questão a Michel Aglietta & Guo Bai, além de Giovanni Arrighi, que, ao apontar a China como um modelo alternativo ao desenvolvimento do capitalismo no ocidente não dão qualquer espaço à composição de subjetividade na China, reforçando menos o antagonismo do que um modelo fechado e nacionalista de desenvolvimento que bloqueia todas as potencialidades de cooperação social da globalização. A China como “a global industrial driving force” (p. 87) “*within* globalization as an inescapable force - something we refer to as a *world made in China*” (p. 112. Primeiro grifo nosso, segundo no original) - não é uma força externa ao Império, mas uma de suas modulações. Sendo assim, mesmo a

relação com os EUA, com toda a sua competição no mercado global, é ainda uma relação de interdependência que acaba por reforçar a tese de um modo de governança supranacional e policêntrico: “without denying there are tensions and conflicts of interests between those countries, it seems to us that the lines which characterize the developing *nomos* of the earth are far from matching a reconfigured bipolarity, as if there were a ‘new cold war’ or a renewed clash of imperialisms (or ‘civilizations’). [...] On the contrary, the tensions in question confirm the polycentric dimensions of capitalism and democracy today [...] quite different from the relative political and economic autonomy of the entrenched dispute between the United States and Soviet Union in the second post-war period” (p. 91). Assim, são descartadas as esperanças (à esquerda) e as paranóias (à direita) que veem em um capitalismo global de dominância chinesa o futuro *nomos* da Terra, e é afirmado que o novo *nomos* é, antes, “marked by the conjunction of powers of global finance, social-digital and algorithmic technologies, and the ultra-connected networks of matter, energy and information (the Great Metabolism)” (p. 171).

Por fim, os autores ainda apontam que, quando se pensa na China, os pensadores ocidentais tendem à exotização da China como um outro radical na forma de uma “antiga civilização” a usar o desenvolvimento capitalista contra as “invasões bárbaras” do ocidente. O que Cocco & Cava afirmam ser um “atalho transcendente” usado para não justificar “which would be the ‘positivity’ (or the end) of a development in the service of the national state and the status of a party-business elite [...] which capitalized on these ‘advances’ for itself all the way” (p. 103). Essa tendência de exotização é analisada ainda mais no capítulo quatro, quando os autores retomam o debate “culturalista” entre os sinólogos François Jullien e Jean François Billeter. Desse debate, Cocco e Cava extraem uma crítica radical à antropologia: no caso de Jullien, ele operaria por uma “exoticization of the East as a fascinating elsewhere, an object for our aesthetical delight or the foundation of or unreachable utopias, coupled with the counter-exoticization of the West as identical to itself” (p. 111), repetindo, à sua maneira, o esquema que os autores chamam, na Introdução, de “tradução multiculturalista”: “The culturalist praise of the non-Western or non-capitalist [...] but its usual pretentious ignorance in relation to

alterity, its sentimental and humanist sensibility full of multiculturalist and exoticized fantasies, all of this ends up confirming ethnocentrism which was first intended to deny” (p. x). Aonde teóricos enxergam na China uma espécie de unidade quase mística, Cocco & Cava nos lembram que essa história é atravessada por contradições por parte do Estado e por antagonismos por parte da multidão: da grande fome no período de Mao até manifestações contra o governo (e o massacre pelas mãos do Estado) na praça de Tiananmen (que, segundo os autores, foi pioneira nos métodos usados nos anos noventa em Seattle e nos anos 2000 na Primavera Árabe, *Occupy Wall Street* e nos ocupas brasileiros em 2013), assim como a revolta dos guarda-chuvas em Hong Kong que escancaram as dimensões subjetivas de antagonismo contra o projeto desenvolvimentista e industrialista forte (desde cima) Chinês, o que, ao mesmo tempo, aponta para um desejo vivo por uma alterglobalização.

O capítulo 5, “The Schizocene of Money”, toma a história da descodificação e desterritorialização do dinheiro como o ponto de partida para uma análise das transformações do capitalismo - “we propose a history of capitalist formation which is a history of the transformations of currency, from its introduction as a credit-money by Italian banks at the dawn of mercantile capitalism and colonial expansion, to the disembodied predominance of fiat money and the full financialization of life in postmodernity” (p. xvii). Baseando-se sobretudo nos dois volumes de *Capitalismo e esquizofrenia*, de Deleuze & Guattari, os autores afirmam que a história especificamente capitalista do dinheiro é a de uma fuga progressiva do dinheiro das rédeas do Estado (seu primeiro criador) e de sua codificação, que intenta limitar as linhas de fuga monetárias - “history of monetary inventions was the history of different attempts at escaping, rupturing, and feinting, which managed—*against the State*, against its ongoing effort to hinder decoded flows—to break the absolutist coding of money” (p. 136). Assim, Cocco & Cava criticam a fixação da esquerda e dos marxistas sobre a mercadoria como objeto por excelência na crítica do capitalismo, e afirmam que é no dinheiro e em suas metamorfoses, bem como em suas conexões com o desejo, que se encontra o cerne do problema da dinâmica capitalista: “The mystery of capitalism lies in money dynamics and



not in commodity fetishism. For nothing is more densely puzzling, full of metaphysical subtleties and theological niceties, than money itself, which goes through successive transubstantiations throughout the historical contingent development of capital” (p. xii).

Podemos dizer que o coração do argumento dos autores, no que concerne ao dinheiro e ao aceleracionismo biopolítico-monetário proposto, está na teoria dos dois dinheiros presente em *O anti-Édipo*, ela mesma sendo tomada do economista Bernard Schmitt e alinhada à uma leitura singular do mais-valor marxiano. Segundo esta proposição, há no capitalismo dois fluxos diferentes e incomensuráveis de dinheiro: um constituído por um fluxo de financiamento, em que o dinheiro é um signo de potência e tem o poder de gerar mais dinheiro (Capital: D-D’); e outro constituído pelo dinheiro enquanto fluxo de meio de pagamento ou poder de compra, em que o dinheiro é um signo de impotência destinado às transações mercantis de troca na forma de equivalente (M-D-M). A existência desses dois dinheiros, que se conjugam em uma relação diferencial sob a dominância do fluxo mais desterritorializado (Capital, fluxo mutante de financiamento), é a característica singular do modo de produção capitalista. Se o fluxo de financiamento se refere ao dinheiro como capital, o fluxo do dinheiro como meio de pagamento se refere, justamente, ao salário, ao dinheiro que entra no bolso do trabalhador - assim, a teoria dos dois dinheiros é, também, a teoria do mais-valor marxiano, mas arrancada de suas versões ricardianas e aritméticas, que concebiam o mais-valor como uma simples exploração quantitativa de tempo de sobre-trabalho superior ao tempo de trabalho necessário. Aqui, não se trata de aritmética ( $x + dx$ ), mas de relação diferencial, em que os dois fluxos que se conjugam não estão na mesma potência e, portanto, são *incomensuráveis* ( $x/y^2$ ), o que coloca a relação entre os dois dinheiros, ou entre capital e trabalho, diretamente no registro de uma teoria do poder e do comando. Assim, a partir dessa teoria, os autores comentam que a esquerda está habituada a atuar no terreno da (re)distribuição - quantitativista e *échangiste* -, no terreno do meio de pagamento, enquanto o capital opera diretamente sobre o fluxo do dinheiro *imensurável*, mutante, de financiamento, desterritorializado (p. 137). Entretanto, alinhados com a já mencionado tese da subsunção real da vida sob o Capital, “if monetary flows organize the process of

capital and, at the same time, molecularly infiltrate the social fabric, then the conditions for a ‘machinic revolution’ arise through the production of another currency” (p. 138). Ou seja, o terreno que as lutas - qualquer vetor revolucionário de aceleração contra-capitalista - precisam entrar, é justamente o da invenção de uma nova forma de moeda em toda a sua amplitude, que abarque também, e sobretudo, o fluxo mutante, o poder de distribuir o campo do possível próprio ao fluxo de financiamento. Assim, Cocco & Cava afirmam reiteradamente haver uma separação entre dinheiro e capital, pois estes não se confundem (acreditamos que o mesmo possa ser dito do mercado e do capital, ainda que os autores não o afirmem explicitamente), embora façam uma “aliança maligna” que precisa ser rompida. Essa constituição de uma “nova moeda”, entretanto, se dá antes na abertura de um problema, que deve ser “solucionado” pelas lutas, do que de uma proposição programática. Assim, os autores (se) perguntam: “Would it be possible to reclaim banks and finance beyond capitalist capture? Would it be possible to unblock the monetary flows of the alliance with capital? How would the new currency work in logical terms? And, more importantly, what would the historical and political conditions for its creation be?” (p. 151).

O conceito de Esquizoceno, mais precisamente, de Esquizoceno do dinheiro, avançado pelos autores, parece oscilar entre um significado que o colocaria como o estado atual do campo monetário, contido pelo Capital, ou melhor, pelo Capitaloceno (p. xxvi), e um significado que o colocaria como um além do Capitaloceno, que o abole e o olha em retrospecto (p. 141). Os dois sentidos, todavia, podem conviver se o Esquizoceno for tomado, justamente, como aquilo de que o Capital absorve as forças, mas que tenta incessantemente fugir ao comando capitalista e à reterritorialização do desejo por ele operada. Assim, o Esquizoceno está tanto “antes” quanto “depois” do Capitaloceno, sendo ambos sua condição de possibilidade e seu limite (o Esquizoceno, portanto, funciona no esquema *h2* de Chakrabarty, não linear, enquanto o Capitaloceno representa a *h1*). Em todo caso, o Esquizoceno, a revolução, a *nova moeda*, parece ser o estado do sistema biopolítico em que o *gap* existente entre dinheiro e desejo, *gap introduzido pelo capital na forma de uma dívida subjetiva que impede o desejo de alcançar seu potencial*, é superado:



“one must grasp the subjective desire which, beyond the capitalist capture, also emanates from money, representing a liberation force” (p. 143).

Com o capitalismo pós-fordista, após o “choque Nixon” que desvinculou o dólar do ouro (1971), o dinheiro passa a ter uma ambiguidade constitutiva, entre materialidade e imaterialidade (os dois fluxos), na qual o fluxo imaterial é a potência criativa do *fiat money*, a criação de dinheiro *ex nihilo*. A transformação fundamental do dinheiro, que tornou o capitalismo possível, foi seu tornar-se *fiat money*, sustentado puramente pela confiança depositada nele. O banco central, enquanto pivô entre os dois fluxos de dinheiro, foi a solução capitalista para o problema do dinheiro (do Estado x do povo). Entretanto, os autores levantam a questão: como a confiança que faz funcionar o sistema monetário atual poderia criar não um banco central, mas um banco comum? (p. 146). Como arrancar do Estado capitalista, portanto, do Capital, esse poder de criação do dinheiro do nada, e vinculá-lo à potência biopolítica antes do que à acumulação do biopoder?

O sexto capítulo, “Anthropological Radicalism of Contemporary Capitalism”, entra em uma discussão sobre teorias do valor e sua relação com a teoria monetária, além de desenvolver, via Klossowski, a relação entre a produção biopolítica dos corpos e a matéria viva da moeda no contexto pós-fordista. Para os autores, se diferenciando do marxismo tradicional ao se apoiarem nos *Mil Platôs*, não é o capital, mas o Estado (e sua violência), como criador e criatura do estoque, que é colocado como a origem do valor (e do mais-valor), (mais-)valor que será, posteriormente, reconfigurado pelo capital - é o Estado que cria o valor, não a espontaneidade da troca (“We define the ether of this economy of exchanges ruled by the sovereign power in one word: *value*” p. 159). A teoria do valor ricardiana, e o conceito mesmo de valor enquanto cristalização de tempo de trabalho, é colocado pelos autores como ecoando a empreitada de sobrecodificação do dinheiro efetuada pelos Estados modernos, na produção de uma medida comum da riqueza e uma ancoragem do dinheiro que reproduza um suposto estado de equilíbrio, alinhando o postulado do equilíbrio, a teoria do valor e o dinheiro como facilitador das trocas sob a função do Estado como controlador e provedor da moeda em níveis

supostamente adequados (p. 160-1). É veementemente criticado o apreço que o socialismo burocrático e a esquerda social-democrata tem pela teoria do valor ricardiana, com seus ímpetos (re)distributivos na busca de coisas como um salário justo e uma valorização de uma suposta “economia real” e “produtiva” contra qualquer operação financeira que exceda os parâmetros troquistas da racionalidade do valor, ecoando a crítica aristotélico-tomista (cristã) da artificialidade e não naturalidade das operações financeiras e da usura. Os autores são radicais ao propor uma inversão desse esquema: não é a finança e o dinheiro que operam uma mistificação do valor e da economia real, mas é o valor e a economia real que escondem o verdadeiro funcionamento do dinheiro (p. 162). A economia clássica operava com o valor como substância primeira, e o dinheiro como um aspecto secundário. Será a revolução marginalista que operará um deslocamento relativo nesse esquema: a substituição do valor-trabalho pela utilidade marginal seria uma concepção mais relativa e menos absoluta de valor, ao agregar o elemento subjetivo (desejante) no processo econômico, e, assim, teria maior capacidade de colocar o dinheiro como elemento primeiro, ou, poderíamos dizer, infraestrutural. Entretanto, com a evolução da economia neoclássica, na esteira marginalista, há uma (re)substancialização do valor na figura mesma da utilidade marginal, ou melhor, do valor-utilidade, colocada novamente como “a economia real”, que precede a introdução do dinheiro, ainda considerado uma artificialidade fictícia de segunda instância.

É assim que se faz recurso à leitura do marginalismo proposta por Jean-Joseph Goux, que preservaria as intuições marginalistas que tocam a realidade capitalista, não necessitando passar à substancialização do valor-utilidade neoclássica. A economia clássica acabava por separar uma esfera real e objetiva (valor de uso) de uma economia subjetiva de valores ideológicos forjados pelo mercado, que seriam artificiais e frívolos. Essa separação, ela mesma de valor moral, se sustentava sobre uma metafísica das necessidades naturalista que acabava por relegar o desejo a um segundo plano, justamente, não-racional e subjetivo, para além da racionalidade e da política econômicas. Os marginalistas, ao contrário, introduziram o desejo no processo econômico ao tornar o valor subjetivo, mas em um sentido relacional que faz com que o próprio objeto seja



fruto do desejo, e não lhe pré-exista de maneira externa. Assim, a própria oposição simples entre objetivo e subjetivo se desfaz, já que a subjetividade desejante teorizada pelos marginalistas, segundo Goux, é um aspecto essencial do próprio movimento da economia, que a faz efetivamente (Cocco & Cava fazem recurso aqui à noção deleuziana de agenciamento, que coloca o desejo como pré-existindo à relação entre o sujeito e o objeto e os instituindo em processo. Como colocava Deleuze, a relação precede a seus termos).

Se distanciando da cronologia de matriz operaísta, Cocco & Cava afirmam, baseando-se na leitura de Goux, que não foi na transição do keynesianismo para o neoliberalismo nos anos 1970 que houve o fim efetivo da teoria do valor, mas um século antes, nos anos 1870, e os marginalistas foram quem perceberam primeiro esta passagem (assim como eles foram os primeiros que, antes de Keynes, introduziram o desejo na economia). Assim se explicariam, inclusive, as afinidades entre a posição marginalista e certas posições genericamente chamadas de “pós-modernas” em suas análises do pós-fordismo e do pós-modernismo. O valor, a necessidade, próprios da economia clássica e de certo marxismo, são uma forma de Fora a se agarrar, e o achatamento operado pelos marginalistas entre desejo e utilidade, através do dinheiro, não deixa espaço para qualquer Fora transcendente. Assim, o “choque Nixon” é colocado como o grande golpe de desmaterialização do dinheiro que finalmente dá fim efetivo ao valor como medida objetiva da riqueza (tempo de trabalho socialmente necessário). Nesse sentido, a relação dos autores com a teoria do valor-trabalho é ambígua, pois se, de um lado, a crítica se reserva a Ricardo e à esquerda de viés ricardiano (seja ou não marxista), que leva inclusive à URSS stalinista, de outro é colocado que “Marxism either is a monetary theory of value or it is not Marxism” (p. p. 153, n. 29). Portanto, fica a questão sobre se é possível e se é necessário fazer convergir, sob a lógica de um marxismo das lutas, uma teoria do valor marginalista com uma teoria monetária do valor em Marx, além do problema marxológico de saber qual a relação entre teoria monetária do valor e a tese de que todo o valor é fruto do trabalho humano, proposição já abalada pelo próprio Marx com o “fragmento sobre as máquinas” e por Deleuze & Guattari com a tese do “mais-valor

maquínico”, ambas problematizações retomadas por Cocco & Cava. Resumindo, talvez a questão seja a se o marxismo depende de uma teoria do valor-trabalho e se esta depende de uma concepção do valor como tempo socialmente necessário.

Ao fim do último capítulo, baseando-se em Klossowski e na noção de moeda viva, desenvolvendo raciocínios que já estavam presentes na Introdução, os autores criticam qualquer distinção entre necessidade e luxo, entre trabalho produtivo e improdutivo, entre utilidade e desejo: o dinheiro seria o que coloca todos estes em um mesmo plano de realidade - assim, também se desfaz, novamente, qualquer diferença entre capital produtivo (industrial) e improdutivo (finança) - “desire is what prompts value since, without voluptuous emotion, nothing is worth” (p. 179). Retomando a intuição (presente em Marx, Klossowski, Sade, Rolnik) que pensa as relações capitalistas pelo crivo da prostituição e da cafetinagem, é ressaltado que não se trata da mercantilização do erotismo, como a acusação moralista contra a prostituição e ao capitalismo, mas da erotização do mercado, que só funciona atravessado pelo desejo de ponta a ponta, algo que os marginalistas já haviam percebido. Com a mercantilização da vida característica do pós-fordismo o mercado é injetado de desejo, o que coloca os corpos produtivos como a própria instância de “ancoragem” do dinheiro, ao mesmo tempo que coloca o dinheiro, via confiança (fiat money), como a instância mobilizadora dos fluxos produtivos e sociais. Assim, o dinheiro se torna *moeda viva*, inseparável dos corpos - “Money ceased to be productive mediation: it is bodies that became productive mediation for money” (p. xiii). É nesse sentido que é dito que o dinheiro é atravessado por antagonismos, pois ele é simultaneamente o terreno da produção biopolítica e da captura pelo biopoder, o terreno sob o qual se constrói a democracia e sob o qual ela se constrói (p. 56) - ou destrói.

A conclusão do livro, “The Body of The Poor”, não é uma conclusão típica de livros acadêmicos, em que se retoma o desenvolvido nos capítulos em sobrevôo. Ao invés disso, são desenvolvidos temas que atravessaram os outros capítulos mas sem serem propriamente explorados. O tom soa quase como um manifesto. Assim, é retomada a distinção lévi-straussiana entre antropoemia (do grego *émein*: vomitar), em que a identidade de uma sociedade se define em oposição a um fora ou outro externo que é

excluído, e antropofagia, em que a “identidade” é definida pela digestão canibal de um outro (inclusão) que é condição mesma de manutenção da “identidade” sempre em metamorfose de uma dada sociedade. A estratégia da antropofagia oswaldiana era, justamente, a de tomar o outro, o ponto de vista do outro, como condição de metabolização do próprio movimento. Entretanto, os autores se defrontam com a questão: Será o capitalismo contemporâneo antropofágico? Se o for, a estratégia oswaldiana parece fadada ao fracasso, pois não faria mais do que se coagular ao movimento mesmo do capital. Segundo alguns autores (Suely Rolnik), a virada ao pós-fordismo e a chegada do neoliberalismo seria antropofágica, na medida em que o capitalismo começaria a incluir, absorver e necessitar do outro, da alteridade, do diferente. Para eles, entretanto, *o capitalismo sempre fora antropofágico*, no sentido de que tinha de absorver e internalizar o *corpo dos pobres*, sua condição de possibilidade, mas também seu limite imanente. O que mudou não foi o capitalismo (de antropoêmico à antropofágico), mas o próprio corpo dos pobres: houve uma mudança estratégica nas lutas que passou da lógica do (contra-)imperialismo e do nacionalismo para a lógica do biopoder e da miscigenação, da migração, do êxodo e da recusa do trabalho próprias às resistências biopolíticas. O problema deixa de ser o do desenvolvimentismo, da formação nacional e da proletarização (*h1*) e passa a ser o da multiplicação de vetores de luta, de afirmação da potência dos pobres, para além do modelo da classe ou do povo, no sentido de uma “post-Marxist *politics of multitudes*” (p. 122. Grifo no original).

Assim, já que o capitalismo é colocado como antropofágico, não há mais fora, ou ao menos não há mais nenhum fora que o capital não tenha o poder de digerir de algum modo: exclusão e inclusão, então, se tornam pólos de modulação diferencial que estratificam o capitalismo pós-fordista (o excluído é incluído no funcionamento do sistema pela sua exclusão mesma). Entretanto, os autores introduzem uma diferenciação essencial entre tipos de antropofagia (bem como antropoemia), que manterá uma distinção entre a estratégia antropofágica a ser seguida pelos pobres (formando a *h2*), e a antropofagia dominante do capitalismo (que forma o grande estômago da *h1*) - haveria a antropofagia baixa (própria do capital) e a antropofagia alta (própria ao “corpo do Sul”,

“corpo dos pobres”) (a distinção mesma já está presente em Lévi-Strauss, além de ser desenvolvida na discussão sobre o capitalismo por Rolnik). Assim, passa-se de uma tipologia para uma topologia que constitui as linhas do campo de forças do capitalismo pós-fordista, topologia constituída por antropoemia e antropofagia baixas (capital), em que a antropoemia baixa consiste em rechaçar aquilo que o capital não é capaz de digerir (com a violência policial, por exemplo) e a antropofagia baixa consiste em digerir a diferença e a alteridade do corpo dos pobres pelas vias de uma modulação pelo biopoder que sempre mantém esta potência biopolítica abaixo do limite inferior suportado pelo capital. Por outro lado, o espaço topológico dessas lutas é marcado também pela antropofagia e pela antropoemia altas (corpo dos pobres), na qual a recusa criativa, a linha de fuga, o êxodo, constituem o elemento de antropoemia alta, enquanto a aceleração do processo biopolítico para além das modulações do biopoder, a afirmação da crise para além do limite inferior posto pelo Capital, constitui a antropofagia alta, sendo esta, “a theory of subjectivity within underdevelopment, an exit from biopower by the means of biopolitics” (p. 193).

*New Neoliberalism and the Other*: o que este título quer dizer? Nos parece que a questão que atravessa o livro todo, em suas diferentes partes temáticas, é a questão do Outro e do Fora, que é intimamente ligada à questão da aceleração biomonetária. Nos capítulos sobre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo brasileiros é criticada qualquer empreitada que imagine um Fora do capitalismo, ou do neoliberalismo, mistificado, seja por vias (multi)culturalistas, pós-coloniais, de um desenvolvimentismo estadocêntrico. Nos capítulos sobre a China novamente são descartadas as concepções que querem a China como a alteridade radical em relação ao capitalismo-neoliberalismo, como o novo eixo imperialista. Os capítulos 5 e 6, sobre o dinheiro e sua relação com os corpos, justamente, irão partir da demonstração da ausência do Fora e identificarão na imanência monetária, colocada pelo neoliberalismo “realmente existente”, o vetor de aceleração biopolítico que deve romper com as amarras do biopoder, o “Fora imanente” constituído por seus muitos nomes e aspectos: o Esquizoceno do dinheiro, o corpo dos pobres, a multidão pós-marxista, a “história 2”, o neoliberalismo desde baixo... Ao contrário de

autores (à esquerda e à direita) que veem no neoliberalismo e na biopolítica algo que deve ser evitado, negado, não raramente com respostas regressivas na tentativa de construção de um Outro transcendente, é o caso de atravessá-los, e é a partir da moeda viva que se é capaz de fazê-lo de maneira antagonista. É aí que entra a importância da antropofagia oswaldiana (sobredeterminada pelo perspectivismo ameríndio): em primeiro lugar, a relação com o Outro é imanente, é antropofágica e inclusiva, não excludente; em segundo lugar, a relação com o Outro se dá em termos de corpo (não de alma), e o corpo é sempre uma mistura produtiva e em devir, em metamorfose, modelo da diferença antes do que do mesmo e da identidade. O corpo do pobre, distribuído em um gradiente de exclusão-inclusão, é imediatamente misturado ao processo produtivo do capitalismo global: não há pureza da “bela alma” a ser salva - seja cultural ou ideológica, transcendente ou superestrutural -, só há corpo produtivo que é Outro do capital que o explora e captura e que se faz outro imanente em uma relação antropofágica com o Capital neoliberal, se apropriando o quanto pode da sua potência mutante, que é, na verdade, movida por ele mesmo em primeiro lugar. Nesse sentido, ficamos com a questão sobre o que significa, exatamente, o “new neoliberalism” presente no título (a expressão não aparece no interior do livro): o “new” seria o neoliberalismo como é por eles analisado? ou seria o neoliberalismo atravessado por estas dinâmicas imanentes? seria o resultado da superação de um neoliberalismo “velho” ou “atual”? o “new neoliberalism” é algo criticado ou algo almejado? Resumindo: A que “new” faz referência?

Desde seu lançamento, o livro se mostrou relevante teórica e politicamente em vários aspectos. A esquerda, em seus diferentes avatares, insiste em erros apontados no livro, como o pensamento dualista, a nostalgia romântica industrial por um fordismo *welfarista* que nunca houve no Sul e que foi criticado pelas lutas anti-disciplinares no marco de 1968, a busca incessante de um Fora para chamar de seu: os povos originários, as populações “pós-coloniais”, a América Latina, o Estado neodesenvolvimentista, a China, a Rússia de Putin (ou ainda o eixo Rússia-China). Assim na perspectiva global, se tomamos a invasão russa no território da Ucrânia como problema, o livro permanece afiado em sua crítica em, pelo menos, dois pontos: o fenômeno do “putinismo de

esquerda” (defesa, explícita ou implícita, orgulhosa ou envergonhada, da invasão russa da Ucrânia, por uma suposta “defesa” dos territórios russo e ucraniano contra a Otan) tem demonstrado como a “identidade de Esquerda tem funcionado como uma pura transcendência” (p. xxiv), sem nenhum embasamento nas lutas reais e nas possibilidades de resistência e antagonismo, ponto que é criticado com fôlego no livro; e, em segundo lugar, a Rússia, de maneira análoga à China, é pensada como um fora exotizado contra um imperialismo norte-americano, na tentativa forçada de ressuscitar um mundo bipolar. Essa tendência só se reforça na esquerda com o suposto ou relativo alinhamento geopolítico entre China e Rússia, que são colocadas, de maneira conjunta, como novo vetor de reorganização das linhas de força globais para além do “imperialismo” da Otan.

Após pouco tempo da vitória eleitoral de Lula sobre Bolsonaro, a análise dos caminhos e descaminhos do lulismo (e dos governos do PT de forma geral) feita no livro se mostra bastante pertinente. O bolsonarismo se constitui em meio à fragmentação social das ruínas deixadas pelo avanço do neoliberalismo desde cima em suas piores facetas, na destruição de direitos não só do sistema *workfarista* da era fordista (e do fordismo disforme que tivemos no Brasil), mas na destruição virtual de direitos e instituições de proteção social e de cidadania imanente ao sistema pós-fordista. Nesse sentido, um vetor necessário de enfrentamento do bolsonarismo (que não desapareceu e não vai desaparecer por causa da derrota eleitoral), passa pelo engajamento das e com as subjetividades pós-fordistas, pela produção de direitos e instituições que abarquem essa potência disforme da produtividade metropolitana que o biopoder neoliberal captura tão bem. Enquanto a esquerda ficar em uma posição que negue a transformação na composição de classe, ou que a aceite sob a condição de concedê-la à direita, às forças do capital única e exclusivamente, é evidente que essas mesmas subjetividades se inclinarão ao lado que, minimamente, às reconhece, ainda que sob uma exaltação moral do trabalho, da concorrência e do empreendedorismo antes do que pela produção real de direitos e pela multiplicação da potência (em) comum.

A esquerda, e o próprio lulismo, se viu atravessado por esses dilemas: entre a produção incipiente e original de direitos e instituições para uma “subjetividade pós-

emprego” e uma sobrevalorização anacrônica de políticas empregocêntricas e industrialistas. O lulismo selvagem efetivou importantes avanços na construção de uma cidadania pós-empregocêntrica, como com a criação do MEI e suavização da legislação sobre pequenas empresas, que dá alguma institucionalidade e segurança, ainda que precária, dentro da tendência de trabalho flexível e metropolitano, o que criou uma onda de empreendedorismo desde baixo (p. 69). Dentro da ampla gama de setores que apoiaram e elegeram Lula em 2022, há os setores que insistem em ver nessas políticas apenas um erro e uma “concessão neoliberal”, ao invés de ver nelas uma brecha, mesmo se incipiente, de construção necessária de políticas públicas, instituições e direitos próprios a uma subjetividade e uma cidadania pós-fordista. Eis um desafio para o novo governo Lula: retomar a força selvagem e não insistir somente em políticas econômicas emprego-cêntricas e industrialistas, que rechaçam a potência que o empreendedorismo, a flexibilização, o trabalho metropolitano, o trabalho de cuidado, o trabalho imaterial possuem, para além do comando que o biopoder capitalista exerce sobre eles.

Dentre os ministérios a serem criados pelo futuro governo consta um Ministério da Pequena e Média Empresa, a ser ligado com banco público para financiamento e abertura de linhas de crédito, o que seria um importante aceno na direção do empreendedorismo de multidão. Outra coisa que seria interessante avançar é na criação de algo como um Sistema Único de Trabalho (SUT), pensado no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS), que englobe a proteção social para todos os trabalhadores, sejam eles empregados ou microempreendedores. O sistema de saúde público, até a sua universalização pela Constituição de 1988, era restrito a quem tivesse Carteira de Trabalho assinada, a quem fosse empregado. A desvinculação desse direito fundamental do regime do emprego foi um grande avanço na criação de uma cidadania pós-emprego. A expansão e intensificação do sistema de proteção social trabalhista para os trabalhadores não empregados, informais, empreendedores, terceirizados, quarteirizados, intermitentes, em suma, para a composição de classe pós-fordista atravessada pela flexibilização e pelo empreendedorismo difuso, seria um importante avanço na consolidação da potência do corpo dos pobres.

Nesse sentido, o MEI (microempreendedor individual que ganha até R\$ 81.000 por ano) foi objeto de polêmica durante a campanha, e essa polêmica mostra bem uma tensão existente entre o lulismo selvagem e o Lulismo Maior, que segue até hoje. A campanha de Bolsonaro atacou Lula dizendo que seria plano do petista acabar com o MEI (o que era pura e simples mentira, *fake news*). Lula nunca falou em acabar com o MEI (que, não por acaso, foi criação de seu primeiro mandato), mas ele criticou o governo Bolsonaro por ter mudado o modo de contabilidade do (des)emprego: antes, o MEI caía sob a insígnia de trabalho informal (portanto, não era “emprego”), e Bolsonaro começou a contar cada MEI como trabalho formal (efetivamente como “emprego”), aumentando assim o número oficial de empregos considerados. Lula falou, em diferentes ocasiões, que seria o caso, em seu governo, de criar empregos de carteira assinada, e que “MEI não é emprego”. A campanha de Bolsonaro se aproveitou tentando trazer toda a população de MEIs para seu lado e a afastar de Lula, afirmando que Lula havia dito que “MEI não é trabalho” ou que “MEI não trabalha”. A mudança de Bolsonaro ao incluir o MEI como uma das categorias de trabalho formal é, na verdade, um avanço interessante, e um reconhecimento da realidade da composição do trabalho pós-fordista (mesmo se sua intenção tenha sido sobretudo a de melhorar os seus índices de (des)emprego). Entretanto, não basta contabilizar o MEI como emprego ou não, como trabalho formal ou informal, mas se trata, antes, da produção de direitos para essa categoria difusa e disforme. Em suas propostas de campanha a respeito do MEI, Bolsonaro prometia manter e aumentar o financiamento focado, a abertura de linhas de crédito e a isenção de impostos federais para o segmento. Lula, por outro lado, contrariando sua retórica empregocêntrica, tinha promessas mais interessantes: a renegociação das dívidas (tendo em vista a inadimplência grande no segmento), a manutenção e expansão de linhas de crédito e, o mais importante, a expansão da seguridade social trabalhista hoje restrita aos trabalhadores com Carteira de Trabalho assinada (“empregados” no sentido tradicional do termo) aos MEIs. Esses direitos incluem férias remuneradas, aposentadoria equivalente à renda (para além do salário mínimo, como é atualmente para o MEI), licença maternidade integral (a licença maternidade atual do MEI é mais curta, de



remuneração decrescente e condicionada por tempo de contribuição). Resta ver se essas políticas, que representariam uma retomada do sentido do lulismo selvagem, no enfrentamento da fragmentação neoliberal sob condições pós-fordistas efetivamente serão implementadas<sup>1</sup>.

Além disso, o PT criou um importante germe de cidadania pós-emprego ao criar o enorme programa de transferência direta de renda que foi o Bolsa Família, inovador por ser uma assistência social (salário social) de larga escala desvinculada do trabalho. O programa, apesar de ter seus críticos contumazes, à esquerda e à direita, com o tempo se tornou um consenso relativo na política brasileira, tanto que sua precedência fez com que inclusive Bolsonaro, de ministro da economia formado na Escola de Chicago, após o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 aprovado pelo Congresso diante do COVID-19, criasse, ainda que movido por interesses eleitorais, um programa intitulado Auxílio Brasil (o Bolsa Família rebatizado) já após a saída do momento pandêmico. Era proposta de campanha de Lula a continuidade do Auxílio no mesmo valor (R\$ 600), com adicional de R\$ 150 por filho (em 2014, ano em que o Bolsa Família teve seu valor real mais alto, a média da renda por família era de R\$ 245, enquanto o salário mínimo era de R\$ 724 e a cesta básica custava R\$ 354; já em 2022 o salário mínimo é de R\$ 1212 e o valor da cesta básica é de R\$ 750). Um programa de tamanha amplitude e valor como este poderia ser o germe de uma Renda Básica Universal. Poderia ser a instituição de uma Renda Básica a constituição, ou o pontapé inicial, de uma “nova moeda”, a transformação do banco central em “banco comum”, a libertação do Esquizoceno? Entretanto, aqui se apresenta outro elemento em que o livro se mantém atualíssimo: já nos trâmites a respeito da transição de governo (de Bolsonaro a Lula), (re)apareceu uma questão que espectra a política brasileira desde 2016: o chamado “teto de gastos”, instituído sob o governo Michel Temer, após o *impeachment* de Dilma, que limita os gastos do governo aos gastos do ano anterior, corrigidos pela inflação, até 2036 (*sic*; !). Assim, a própria transferência de renda direta (salário social) planejada e prometida por Lula, além de exigida pela população que

---

<sup>1</sup> Agradecemos a Cecília Severo pela consulta a respeito do MEI.

sofre sob inflação e fome (insegurança alimentar), fica impossibilitada, para não falar de toda a gama de políticas públicas e econômicas que dependem de investimento público. O teto de gastos (o *debt ceiling* dos EUA funciona em uma lógica similar, ainda que bem mais flexível) é uma maneira política de limitar o poder criativo do dinheiro, do fiat money, do fluxo mutante - ou, ao menos, é uma maneira de deixá-lo livre apenas ao poder capitalista, de “cercar” e privatizar a potência do dinheiro. O teto é uma medida de reterritorialização do dinheiro e de limitação interna dos fluxos esquizo-monetários, pois introduz a falta na subjetividade dos pobres, o *gap* entre o desejo e o dinheiro. Assim, já que um dos objetivos anunciados no livro é justamente a criação de um poder de criação monetária, um fluxo mutante, que se constitua para além do poder capitalista, ancorado no corpo dos pobres, uma moeda viva ligada à produtividade biopolítica criada por um “banco comum”, nos parece que tal empreitada precisa passar pela destruição, ou pelo menos pela flexibilização, dessa limitação capitalista do Esquizoceno monetário que é o teto de gastos.

Por seu conteúdo, originalidade, coragem e atualidade, *New Neoliberalism and the Other* é um livro incontornável. Aqueles que se desviaram se atrasaram, visto que a vitória da “frente ampla pela democracia” em 2022 obrigou, pelo menos como promessa de campanha, que o PT revisse o rumo de sua trajetória, esperamos que em favor de um desenvolvimento alternativo à linha molar que sobrecodificou as potências da multidão - o que o livro já alertava em 2018, quando a crise do partido e do ciclo progressista era terminal e o derrotismo era a ordem do dia. O livro move a máquina do pensamento à frente, em plena crise infinita de uma imagem dogmática do pensamento de esquerda que, ainda não eliminada, parece não apenas devorar a si mesma em sua cegueira e fome de poder, perdendo o Outro de vista e o ponto de vista do Outro, mas também ao anular e boicotar todas as alternativas reais, na forma de ameaças, perseguições, paranóias e acusações moralizantes em prol de uma “verdadeira esquerda” a ser protegida e exaltada. Cocco & Cava passam por tudo isso, sem nenhum apego a fórmulas arcaicas, identitarismo de esquerda e valores transcendentais, ousando em restabelecer as bases de uma imagem do pensamento imanente, disforme, selvagem e antagonista, associada à



multidão do corpo dos pobres e às suas potências antropológicas e antropofágicas. Essa imagem e essa multidão em luta são capazes de constituir novas máquinas globais que, em sua aceleração democrática, não apenas no Sul, mas em terreno global, libertem as potências do Esquizoceno.